



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 2.331, de 2022, de autoria do Senador Nelsinho Trad, que *Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE*".

Relator: Senador **EDUARDO GOMES**

I - RELATÓRIO

Tendo em vista a aprovação em 22 de novembro de 2023 de Emenda Substitutiva apresentada perante esta Comissão (Emenda nº 59 – CAE), por força do § 2º do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), houve a necessidade de turno suplementar, em que foram apresentadas a Emenda nº 60/S, de autoria do Senador Izalci Lucas, as Emendas nºs 61/S e 62/S, de autoria da Senadora Damares Alves, e a Emenda nº 63/S, do Senador Laércio Oliveira. Por meio do Requerimento nº 222, de 2023, a Senadora Damares Alves solicitou a retirada da Emenda nº 61/S. Por isso, neste Relatório, analisaremos as Emendas nº 60/S, 62/S e 63/S.

A Emenda nº 60/S altera os art. 2º, 3º e 11 da Emenda Substitutiva nº 59 - CAE. A redação proposta ao art. 2º traz as definições de "catálogo" e "serviço de compartilhamento de conteúdo audiovisual". Também acrescenta novo inciso ao caput do art. 3º, excluindo da aplicação da Lei os serviços de compartilhamento de conteúdo audiovisual. Por fim, a Emenda nº 60/S modifica o inciso IV do art. 32 da MPV nº 2.228-1, de 2001, de modo a retirar do âmbito de aplicação da Condecine as plataformas de compartilhamento de conteúdo audiovisual. Similarmente, são propostas alterações nos §§ 1º e 2º do inciso VI do art. 35 da MPV nº 2.228-1, de 2001, de modo a excluir da base de cálculo da Condecine os valores devidos à participação ou comissão de parceiros que





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

prestem serviços complementares e a permitir expressamente a segregação desses valores das demais receitas auferidas.

A Emenda nº 62/S altera o inciso V do art. 3º do Substitutivo aprovado em primeiro turno na CAE, prevendo que os conteúdos religiosos fiquem excluídos do âmbito de aplicação da Lei.

A Emenda nº 63/3 sugere a exclusão do art. 5º do Substitutivo, que trata sobre normas concorrenciais aplicáveis aos serviços abrangidos pela regulamentação, inclusive com normas aplicáveis a fabricantes de equipamentos eletrônicos que porventura também explorem os referidos serviços.

II - ANÁLISE

Sobre a alteração proposta pela Emenda nº 60/S ao art. 2º do Substitutivo, que, em resumo, sugere a exclusão das plataformas de compartilhamento de vídeo do escopo da Lei, entendemos necessário buscar mais informações junto ao órgão regulador do setor audiovisual, a Agência Nacional do Cinema - Ancine, em busca de fundamentos técnicos que embasem a permanência ou exclusão de tais serviços.

Nesse sentido, em 5 de dezembro de 2023, foi aprovado o Requerimento nº 219/2023-CAE, solicitando, com fundamento no art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações pelo Diretor-Presidente da Ancine, a fim de cumprir diligência considerada imprescindível ao esclarecimento da matéria.

Em 15 de abril de 2024, a CAE recebeu Nota Técnica da Ancine, que em resumo conclui sobre este ponto que:

"Do exposto, reiterando o significativo grau de integração entre os serviços, na medida em que ofertam conteúdos audiovisuais e, potencialmente, envolvem os mesmos agentes econômicos, compartilham estruturas, competem por recursos financeiros e disputam a atenção dos consumidores, a ANCINE entende que, para além dos tipos de serviços de VoD, os serviços de provimento de conteúdos de forma linear as plataformas de compartilhamento devem sofrer a incidência da CONDECINE, observando-se o tratamento





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

tributário diferenciado, de acordo com as características e particularidades de cada modelo de negócio.

Neste contexto, os potenciais contribuintes da CONDECINE seriam os prestadores dos serviços supracitados, quando responsáveis pela operação de plataformas digitais e pela disponibilização de conteúdos audiovisuais aos consumidores, afastando-se a hipótese de tributação direta de consumidores ou de criadores de conteúdo compartilhado".

Portanto, percebe-se que a Ancine recomenda a manutenção de tais serviços sob o escopo do projeto de lei em análise. Além disso, consideramos que as definições adicionais de "catálogo" e "serviço de compartilhamento de conteúdo audiovisual" são desnecessárias, pois já estão contempladas nos incisos do art. 2º do Substitutivo. Quanto à redação proposta ao art. 3º, avaliamos que a definição de serviço de compartilhamento de conteúdo audiovisual é ampla e abrangente de modo que excluir do âmbito de aplicação não é meritório, pois abriria margem para que a lei perdesse sua hiperatividade, logo prejudicaria sua juridicidade, um pré-requisito fundamental de toda norma. Consideramos que a modificação sugerida pela Emenda nº 60/S ao art. 11 do Substitutivo não é meritória, pois pode permitir uma exclusão de receita indevida do cálculo da Condecine, tendo em vista a abrangência dos serviços complementares contemplados.

Quanto à Emenda nº 62/S, consideramos que, embora louvável, ela não é necessária, tendo em vista que a definição de "espaço qualificado" no inciso VI do art. 2º do substitutivo já devidamente exclui os conteúdos religiosos daqueles sujeitos às regras previstas no projeto de lei.

Em relação à Emenda nº 63/S, entendemos que o dispositivo procura coibir práticas que privilegiem de forma desequilibrada serviços de vídeo sob demanda eventualmente ofertados também pelo fabricante de um equipamento eletrônico. É importante salientar que tal regra não impede o exercício do próprio consumidor de customizar seu próprio aparelho, organizando-o de forma a facilitar acesso aos serviços que mais o interessam.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

III - VOTO

Ante o exposto, mantemos o voto pela regimentalidade, boa técnica legislativa, juridicidade, constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.331, de 2022, na forma do Substitutivo aprovado em primeiro turno (Emenda nº 59 - CAE), e pela rejeição das Emendas nº 60/S, 62/S e 63/S.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

